

1) A Teoria do conhecimento, enquanto uma disciplina filosófica que analisa questões relativas entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido, mostra-nos, no decorrer da história da filosofia, a dinâmica relação entre o conhecimento filosófico e o científico. Sobretudo com a filosofia kantiana, os limites da razão foram colocados mais evidentes. Se, por um lado, a razão não possibilitaria o alcance do conhecimento da coisa em si mesma, como até então se acreditava, ela deveria garantir, ao menos, o conhecimento da coisa em relação ao homem, ou seja, do objeto para o sujeito. Essa revolução epistemológica causada por Kant proporcionou a transição e praticamente contemporânea à vigência de duas concepções epistemológicas que se evidenciaram no cenário filosófico moderno: o idealismo e o empirismo.

Berkeley, em "Tratado sobre o conhecimento humano", concebe um idealismo das ideias que fazem parte do espírito humano. Então, a única substância que existe, enquanto categoria ontológica, são os espíritos humanos. A certeza de seu pensamento é que as ideias apenas existem através da única substância existente, o espírito. Com isso, perguntamos como justificar a existência de coisas externas ao indivíduo. Assim, a realidade fundamenta-se nas categorias de pensamento e, por isso, é possível conceber, segundo Berkeley, estruturas semelhantes às ideias, com as quais não passamos de meras cópias. Logo, as coisas não precisam ser perceptíveis aos homens porque, enquanto cópias das ideias, podem existir sem o espírito "numa substância inconcebível". A questão central nesse excerto consiste em fundamentar se as coisas podem ser perceptíveis e isso é um problema epistemológico para o idealismo.



Para Quine, em os "Dois dogmas do empirismo", a realidade, ao contrário existe independente da consciência humana e o conhecimento científico é o único capaz de oferecer alguma validação para se apreender a realidade. Destarte, para Quine, a realidade não se restringe aos objetos físicos e é composta por todos os elementos que integram a visão de mundo do homem. Ele reconheceu os limites epistemológicos quando denominou "mito dos objetos físicos", concordando com Kant que limitou o saber científico a um lugar a crença (MARCUNDES, D. Dicionário de filosofia, 1996, p. 43). A única superioridade do conhecimento dos fenômenos físicos é a vantagem de manipulá-los ao conhecer suas causas e efeitos.

2) Uma grande questão das ciências, sobretudo as ciências sociais, é manter a estrita objetividade de análise dos fenômenos, garantindo a validade das conclusões. Pensar, por exemplo, na tarefa do sociólogo ao analisar determinado fato social: a dificuldade consiste em assumir uma postura estritamente objetiva diante da sociedade da qual ele está inserido. E, acreditar nessa possibilidade, é presumir, em alguma medida, ser possível garantir alguma neutralidade. Nessa perspectiva, Popper, em "A lógica das ciências sociais", reconhece a existência inerente dos valores nos indivíduos e sua quase incapacidade absoluta de se abster deles.

Nisso consiste a tese popperiana de situar a discussão científica nesse âmbito. O conhecimento do fenômeno é a relação do sujeito cognoscente e o objeto cognoscível. Esse conhecimento consiste em uma apropriação que não exclui os valores que o indivíduo

atribui a este objeto. O mesmo ocorre durante a investigação científica: o cientista não é capaz de eliminar, no melhor das intenções, mas interferências subjetivas. Logo, não há análise neutra, sobretudo a científica.

Ainda assim, apesar dessas dificuldades, parece haver um positivismo que quer garantir a descoberta da verdade. Segundo Popper, é possível ter a garantia de uma verdade científica e objetiva, mesmo com as avaliações extra-científicas durante um trabalho científico. Isso constitui, antes de tudo, uma crença na capacidade da ciência de descobrir a verdade dos fenômenos.

3) Em vez de acreditar no positivismo científico, segundo o qual um método estritamente racional possibilitaria a apreensão da verdade, Adorno, em "Sobre a lógica das ciências sociais", defende a necessidade de se refletir como é possível conhecer algo realmente. Assim, não se depende uma produção padronizada e homogênea do conhecimento e nem da produção cultural.

A perspectiva industrial, com sua produção em massa, opera às ciências uma ótica de produção. Deste modo, é possível até estimar com antecedência o rendimento dos guilho que se quer investigar, se for aplicado determinado modelo científico à pesquisa. Destarte, não se aplica aos conhecimentos científicos uma esteira de produção, não se fabrica conhecimentos, nem na ciência nem na filosofia.

Segundo Adorno, o conhecimento deve ser produzido (criado) dentro de seu contexto histórico e social, segundo o fluxo dialético entre os indivíduos. Essa perspectiva opera resistência à industrial da ciência. Se é possível criar uma verdade, ela é o resultado histórico das relações dialéticas entre os sujeitos.